

CÂMARA MUNICIPAL DA GAMELEIRA**Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante****DEZEMBRO(31/12/2025)****ISOLADO: 2 - CÂMARA MUNICIPAL DA GAMELEIRA**

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2024	674,30	0,00	0,00	674,30	0,00	0,00	0,00
Sub-total	674,30	0,00	0,00	674,30	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00	267.125,06	245.971,56	21.153,50	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	244.163,86	244.163,86	0,00	0,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	54.502,70	54.502,70	0,00	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	4.359,89	4.166,77	0,00	0,00	0,00	193,12
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	276.594,35	276.311,45	0,00	0,00	0,00	282,90
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	0,00	4.700,64	4.700,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	0,00	851.446,50	829.816,98	21.153,50	0,00	0,00	476,02
TOTAL	674,30	851.446,50	829.816,98	21.827,80	0,00	0,00	476,02

*

*



**CÂMARA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17, LEI Nº 4.320/64**

NOTA EXPLICATIVA

a) INFORMAÇÕES GERAIS

a.1. Domicílio da entidade

Endereço: Av. Caetano Monteiro, 260, centro, Gameleira/PE.

CNPJ: 11529.765/0001/30

Telefone: (81) 36791144

E-mail: casamarquesdeolinda@hotmail.com

a.2. Dados do gestor

Edlucio José Feijó da Silva

Presidente

CPF. 950.151.324-68

a.3. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas.

Amaro José da Silva

CTCRC/PE. 15.106/O-6

a.4. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A Câmara Municipal de Gameleira, concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 106-6“Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Orçamentaria Anual. Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.5 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros



contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b) Resumo das políticas contábeis significativas

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b.2. Bases de mensuração utilizadas.

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a



prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7ª edição.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.5. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Câmara Municipal de Gameleira

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis.

c.1. Restos a pagar processados e não processados

Os restos a pagar processados inscritos do exercício de 2025 totalizaram R\$ 0,00. Houve um aumento de R\$ 0,00 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2025 totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2024. O total de restos a pagar para o exercício de 2025 é de R\$ 0,00

c.2. Depósitos e Consignações

Os depósitos e consignações do exercício de 2025 totalizaram R\$ 851.446,50, houve pagamento de R\$ 851.446,50, por ter havido saldo de 2024, no valor de R\$, ficando saldo para o exercício seguinte de R\$ 476,02

Gameleira, 31 de dezembro de 2025.

Edlucio José Feijó da Silva
Presidente

Amaro José da Silva
CT.CRC/PE. 15.106/0-6